

## Coluna do Castello

Os mergulhos  
mais profundos

O presidente José Sarney preparou-se na sua entrevista coletiva à imprensa para externar uma análise mais profunda da situação nacional e revelar sua verdadeira identidade liberal com os que querem modernizar o país na base da abertura à colaboração do capital estrangeiro, à importação de tecnologia e à redução dos gastos públicos, cuja diminuição procurou demonstrar por números que nem sempre se conjugaram nos seus pontos de referência. A reserva de mercado para a informática foi relegada a uma decisão ocasional para atender a emergência, mas não como fruto de uma filosofia de governo. Teve a ajuda da comparação do grau de estatização da empresa nacional com a espanhola, em escala que assustou o primeiro-ministro Felipe Gonzalez.



Na verdade, o presidente vinha omitindo essa definição tão explícita em função dos seus vínculos com seu partido de base, o PMDB, dilacerado por dilemas ideológicos mas tendente, no seu discurso público, a exigir a rejeição da negociação com o FMI, a generalização de reserva de mercados, a limitação do ingresso do capital estrangeiro, subordinado ainda a condicionamentos leais nem sempre aceitáveis pelo investidor. A contradição entre a doutrina autêntica do presidente da República e a doutrina que fazia a face do PMDB, estimulando experiências radicais que repontaram desde a instalação da Assembleia Constituinte, terá contribuído para que o sr José Sarney se omitisse deliberadamente de intervenção de qualquer tipo na Constituinte, deixando-a ao sabor dos conflitos internos das forças que a compõem.

Ele exagerou nos seus cuidados quando não autorizou a elaboração de um anteprojeto que refletisse a doutrina política do governo, limitando-se a designar uma comissão de 50 membros para um debate a que não deu sequência para que não fosse acusado de querer ditar uma nova Constituição ao Brasil. Erro palmar, pois o que se seguiu foi uma encenação do caos, da qual mal saímos ainda sob o peso das contradições e dos conflitos insolúveis sem que se modifique o *mood* das lideranças. O senador Afonso Arinos já advertiu, do alto da sua experiência, que "se não houver negociação todos nós vamos afundar juntos".

A Comissão de Sistematização apresenta sintomas de querer negociar sob os auspícios do presidente da Constituinte, sr Ulysses Guimarães, e com a compreensão dos principais relatores da grande comissão, o deputado Bernardo Cabral, os senadores Inácio Ferreira (vice-presidente do Senado) e Fernando Henrique Cardoso e os deputados Nelson Jobim e Wilson Martins, de modo a corrigir os erros da condução da primeira etapa da elaboração constitucional, quando relatores escolhidos sob o ângulo da ideologia oficial do PMDB se viram rejeitados pelos próprios correligionários, associados aos grupos do centro conservador.

É possível que a consciência dos riscos desperte a Constituinte, que mais bem se ajustará se todos falarem claro como o presidente da República agora falou e se todos se dispuserem a transigir na feitura de um documento que tende a sobreviver a idiosincrasias de grupos e a tendências eventuais. O presidente até aqui fôra posto sob a suspeita de interessar-se apenas pela deinição do seu mandato. Felizmente ele classificou o assunto como tema menor e preconizou a necessidade de mudança da mentalidade nacional para seguir o exemplo das nações do Oriente que, sob o impulso da tecnologia importada e dos capitais multinacionais, como a Coreia do Sul e Formosa, se tornam centros modernos de produção industrial. Ele omitiu a circunstância de que ambos esses países vivem sob o tacão de ditaduras, com o povo em estado permanente de rebelião. Pelo menos essa etapa o Brasil pensa ter superado, modernizando-se na frente daqueles longínquos bastiões da bacia comercial do Pacífico.

A reflexão profunda do presidente aparentemente não exclui a "opção pelos pobres", mas a relega o suficiente para pô-la na área do ministro do Planejamento, que não tem papel visível na execução do Plano Bresser. O presidente partiu para rumos deinidos e mais precisos, embora se exponha à agressão das forças que no PMDB e na Constituinte se situam à esquerda do seu pensamento. Aparentemente o papel do ex-ministro Marco Maciel, de rediscutir um pacto social e político, encontrará maiores dificuldades. O presidente o propôs oportunamente mas sem encontrar liberado na sua equipe alguém com o poder de coordenação de que dá provas o senador de Pernambuco. Mas logo agora, quando, em nome do PT, o sociólogo Weffort admite em princípio discutir sem *parti-pris* o pacto, o sr José Sarney abre sua alma à nação e reabre um conflito que só na Constituinte poderá encontrar sua solução. O pacto deveria ter precedido as definições pessoais, pois seu alvo é encontrar o denominador comum. Na Espanha, ele foi o pressuposto e o governo que se lhe seguiu o executor fiel dos compromissos nele envolvidos.

## A presidência da OAB

Em tempo, corrigimos alusão feita ao sucessor do deputado Bernardo Cabral na presidência do conselho federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Quem o sucedeu diretamente no posto foi o dr Mário Sérgio Duarte Garcia, advogado paulista de renome e atual secretário da Justiça do governo de São Paulo.

Carlos Castello Branco